



Senado lança novo portal e facilita acesso a informações

Jane de Araújo/Agência Senado



O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresenta a nova página da Casa: navegação no portal foi simplificada para facilitar acesso a informações

Página da Casa passou por reforma e agora oferece aos internautas acesso facilitado a dados dos gabinetes e da gestão da instituição

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou ontem a nova página da Casa na internet. Segundo ele, o objetivo da reforma é aumentar a transparência: “Propugnamos mais transparência em toda a esfera pública, inclusive nas estatais. Então devemos dar o exemplo. Quanto mais alto, mais pedagógico é o exemplo”. Além de facilitar o acesso às informações, o portal foi redesenhado de modo a funcionar plenamente em smartphones e tablets. A remodelação durou um ano e envolveu diferentes setores do Senado. **8**

Comissão de Orçamento pede apuração sobre gastos do governo

A Comissão de Orçamento quer que o TCU apure suposta irregularidade em decretos presidenciais do fim de 2014. Os decretos teriam criado despesas quando

o governo já sabia que não atingiria o superávit previsto para o ano. A medida poderia dar margem a processo de responsabilidade contra Dilma Rousseff. **4**



A Comissão Mista de Orçamento é presidida pela senadora Rose de Freitas

Segundo Renan, país precisa avançar no debate das reformas estruturais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a votação do último projeto do ajuste fiscal abre cami-

nho para o país avançar na discussão das propostas da Agenda Brasil, voltadas para o crescimento. **3**



Jorge Viana (C) preside a sessão do Plenário em que os acordos internacionais de cooperação foram aprovados

Cinco acordos internacionais vão a promulgação

O Plenário do Senado aprovou ontem a assinatura de três acordos com a França, um com o Uzbequistão e outro com Vanuatu, país da Oceania. Os tratados são sobre

transporte, impostos, ajuda mútua de socorro emergencial em caso de catástrofes, cooperação técnica e intercâmbio em agricultura e outras áreas. **5**



Romário e Romero Jucá (D) conduzem as discussões da CPI do Futebol

CPI decide quebrar sigilo bancário do presidente da CBF

A CPI do Futebol decidiu ontem que quebrará o sigilo fiscal e bancário de Marco Polo Del Nero e que viajará aos EUA para interrogar Chuck Blazer, que está preso sob a acusação de ser mentor do esquema de corrupção na Fifa. **6**

Para sindicatos, McDonald's viola leis trabalhistas **7**

Suspeitos ficam em silêncio na CPI do Carf **4**

Jornalista diz que mídia é sufocada na Venezuela **5**

Senadores pedem melhoria na defesa agropecuária **7**

Plenário presta homenagem às Apaes **2**

Apae pede queda de vetos à Lei Brasileira de Inclusão

Senado fez ontem sessão pelos 60 anos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Romário, que é pai de uma menina com Down, prometeu se engajar na derrubada dos vetos feitos à nova lei

O SENADO FEZ ontem uma sessão especial que homenageou os 60 anos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e marcou a abertura da 3ª Semana Nacional da Pessoa com Deficiência.

Ativistas aproveitaram o evento para pedir aos parlamentares a derrubada dos vetos presidenciais à Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Romário (PSB-RJ) prometeu engajar-se:

— Todo mundo sabe de minha luta, como cidadão e político, pela causa da deficiência — disse ele, pai de uma menina com síndrome de Down.

Segundo Romário, quando a Apae nasceu, a participação dos deficientes na sociedade era um tabu. Por meio da luta incansável das famílias, tudo começou a mudar, disse.

Autor do projeto que deu origem à Lei de Inclusão, Paulo Paim (PT-SP) ressaltou que a norma dá maior autonomia para que pessoas com deficiência exerçam atos da vida civil, como trabalhar:

— É preciso incentivar a participação das pessoas com de-



Integrantes de Apaes participam, no Plenário do Senado, da sessão de homenagem

ficiência na vida comunitária.

A rejeição dos vetos foi pedida pelo presidente da Federação das Apaes de Minas Gerais, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), e pelo vice-presidente da Apae Brasil, José Turozi. Entre os pontos vetados, está a reserva para pessoas com deficiência de 10% das vagas em instituições de educação profissional e tecnológica e de ensino superior, públicas federais e privadas.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) defendeu a aprovação de dois projetos dele: o PLS 371/2013, que cria a carteira de identidade da pessoa com deficiência, e o PLS 46/2015, que define cotas em universidades

e escolas técnicas federais.

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o empenho das Apaes pela manutenção do ensino especial dentro do Plano Nacional de Educação. Apesar de reconhecer a inclusão escolar como meta, o deputado Barbosa ponderou ser necessário manter o ensino especial como alternativa a quem não tem condição de acompanhar turma regular.

A Apae foi elogiada por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Hélio José (PSD-DF), José Medeiros (PPS-MT), Lasier Martins (PDT-RS), Lúcia Vânia (sem partido-GO), Roberto Rocha (PSB-MA), Telmário Mota (PDT-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Comissão reverá texto sobre acessibilidade de portais

O projeto de lei que assegura acessibilidade das pessoas com deficiência aos portais públicos voltará a ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), atendendo requerimento de Delcídio do Amaral (PT-MS).

A proposta (PLC 106/2012), que havia sido aprovada pela CCJ no ano passado, estava

pronta para votação em Plenário, com pareceres favoráveis também das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Direitos Humanos (CDH).

Delcídio argumenta que o projeto é anterior à legislação que originou o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). Por isso, o senador acredita que nova análise é necessária para verificar se o conteúdo do

PLC 106/2012 já não está previsto na legislação.

Conforme o projeto, elaborado a partir de sugestão da Associação Brasileira de Acessibilidade (Abra), o poder público estabelecerá alternativas técnicas que tornem acessíveis portais públicos para garantir às pessoas com deficiência o acesso à informação e à comunicação.

Telmário: população quer uma reforma política profunda

Atribuir as recentes manifestações à insatisfação com um governo é “tapar o sol com a pedreira”, segundo Telmário Mota (PDT-RR). Para o senador, a população quer uma reforma profunda no país.

— Uma reforma política autêntica, verdadeira, real pode restaurar a confiança dos brasileiros, cansados da impunidade — disse.

Telmário disse esperar do Senado a aprovação de leis mais duras de combate à corrupção e mais vigilância sobre o andamento das coisas públicas.



Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

Capiberibe cita ação do Ministério Público contra a corrupção

João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou a importância do manifesto do Ministério Público (MP) que apresenta dez propostas para combate à corrupção. Para o senador, a corrupção floresce onde há impunidade e, no Brasil, os esforços do MP para combater a improbidade esbarram na Justiça lenta.

Ele também criticou o crescimento dos empregos públicos.

— De 2002 para cá, foram 130 mil servidores federais a mais e cerca de 32 mil novos cargos e funções de confiança.



Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

Paulo Paim defende adiantamento do 13º dos aposentados

Paulo Paim (PT-RS) voltou a manifestar preocupação com a possibilidade de o governo não pagar a primeira parcela do 13º dos aposentados e pensionistas. Ele lembrou que há dez anos esse pagamento vem sendo feito e ressaltou o fato de que a maioria — 80% — ganha salário mínimo.

Paim também reclamou do excesso de medidas provisórias editadas pelo governo.

— Nós reclamamos do Executivo, mas o Congresso tem que cumprir a sua parte. Temos quase 30 MPs e 30 vetos. A responsabilidade é nossa, embora as MPs sejam de responsabilidade do Executivo.

Programa da TV Senado discute dificuldades do futebol feminino

O programa *Em Discussão!*, da TV Senado, exibe neste fim de semana um debate sobre o futebol feminino, modalidade de pouco popular no Brasil. Preconceito, característica cultural ou falta de incentivo? Especialistas ouvidos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisam a situação.

No Brasil de 1941, um decreto proibiu que as mulheres praticassem esportes considerados incompatíveis com a

natureza física delas, incluído o futebol. Só nos anos 80 as brasileiras foram liberadas para jogar futebol. Atletas reclamam que a falta de apoio prejudica o esporte, já que ele conta com pouco prestígio entre patrocinadores, mídia, clubes e sociedade em geral.

ASSISTA

- ▶ Amanhã: às 23h30
- ▶ Domingo: às 9h e às 16h30
- ▶ Segunda: à 1h30

Inclusão resgata história da médica que condenou eletrochoque

Neste ano, o Brasil comemora os 110 anos do nascimento da psiquiatra Nise da Silveira, revolucionária no tratamento de pacientes com transtorno mental. Ela substituiu o eletrochoque pela terapia ocupacional.

O Senado instituiu uma homenagem à psiquiatra

criando a Medalha Nise Magalhães da Silveira.

Amanhã a TV Senado exibe, no programa *Inclusão*, o tratamento humanizado que Nise usava para tratar pacientes esquizofrênicos.

ASSISTA

- ▶ Amanhã: às 20h
- ▶ Domingo: às 8h30 e às 16h

Elmano comemora crescimento do agronegócio no PI

Elmano Férrer (PTB-PI) destacou o crescimento do agronegócio no Piauí. Segundo o senador, a safra piauiense, que em 2014 foi de 2,7 milhões de toneladas de grãos, chegou a 3,2 milhões, apesar da seca e da crise econômica. Ele também ressaltou que, nos primeiros sete meses do ano, 11,9 mil empresas foram abertas, mais de 60% delas de microempreendedores individuais.

— Isso traduz o espírito empreendedor do nosso povo, sobretudo gerando seu autoemprego — disse.



Foto: Jefferson Ruy/Agência Senado

Medeiros cobra reajustes para servidores públicos

José Medeiros (PPS-MT) criticou o governo por não conceder as reposições salariais reivindicadas por servidores públicos de diversas categorias. O senador considerou uma “injustiça sem tamanho” o governo dar benefícios a empresas, mas usar a desculpa da crise econômica para negar os reajustes.

— O que me deixa preocupado é que quando se fala no servidor público deste país, é pauta-bomba, mas não é pauta-bomba subir juros. Isso é usar um discurso distorcido para demonizar o servidor perante a opinião pública.



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sessão não deliberativa, para discursos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

CDH Crise na saúde de Brasília e do Brasil

9h Audiência pública interativa para debater a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil e apontar novos rumos para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Entre os convidados, estão representantes da secretaria, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília e do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

País precisa retomar reformas, afirma Renan

Presidente do Senado diz que fase do ajuste fiscal foi completada e que chegou a hora de avançar sobre as propostas da Agenda Brasil em busca do crescimento econômico

A APROVAÇÃO PELO Senado, na quarta-feira, do projeto que revê a política de desoneração da folha de pagamentos, último item do ajuste fiscal do governo, abre caminho para os senadores se dedicarem à análise da chamada Agenda Brasil (veja quadro abaixo).

A agenda é um conjunto de propostas elencadas pelo

presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de impulsionar a economia.

Para Renan, está na hora de o país espantar o “baixo astral”.

— Precisamos retomar as reformas estruturais para que esse país volte a crescer e acabe com esse baixo astral que está tomando conta de

todo mundo — disse ontem o senador.

O presidente do Senado espera avanços sobre a Agenda Brasil já na próxima semana.

— Essa fase do ajuste passou efetivamente. O que precisamos cuidar agora é de uma agenda suprapartidária, que garanta a previsibilidade, a segurança jurídica, que colabore

para retomar os investimentos, que resolva problemas cruciais como saúde, educação e segurança — afirmou.

Renan voltou a defender que a presidente da República, Dilma Rousseff, corte despesas do Estado para sinalizar à sociedade que o governo está fazendo a sua parte.

— O Congresso tem defen-

dido a necessidade rápida de cortar despesas, cortar ministério, cortar cargos em comissão.

Ele também defendeu a simplificação de tributos e rejeitou qualquer tentativa de aumento de impostos.

— O Brasil já tem uma carga [de impostos] muito grande e taxas de juros altíssimas.

Agenda Brasil: eixos para uma estratégia de desenvolvimento nacional



MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E INFRAESTRUTURA

■ **SEGURANÇA JURÍDICA:** Vedar medidas provisórias que versem sobre matéria contratual causando insegurança jurídica. (PEC 111/2015) ■ **INFRAESTRUTURA:** Aperfeiçoar marco regulatório das concessões, para facilitar investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística. (PLS 203/2014 e PLS 444/2013) ■ **CIÊNCIA E TECNOLOGIA:** Rever o ambiente institucional, marco legal e estrutura de incentivos à inovação, desenvolvimento científico e tecnológico. (PLC 77/2015, PLS 547/2011 e PLS 619/2011) ■ **MINERAÇÃO:** Revisar e implementar marco jurídico do setor de mineração. (PEC 53/2014 e PLS 1/2013) ■ **LICENCIAMENTO AMBIENTAL:** Agilizar e simplificar o licenciamento ambiental de obras estruturantes. Revisar a legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, unidades de conservação, áreas protegidas e cidades históricas. (PLS 77/2015, PLS 341/2013 e PEC 65/2012) ■ **COMÉRCIO EXTERIOR:** Expandir a possibilidade de firmar acordos bilaterais e multilaterais. Estimular as exportações, incluindo antecipação das alíquotas do Reintegra e facilitação aduaneira. Garantir crédito à exportação. Aprimorar marco legal das zonas de processamento da exportação, incluindo modelo de exportação de serviços. Fortalecer fundos garantidores do comércio exterior. Promover e defender o comércio. (PLS 136/2015, PLS 137/2014, PLS 374/2011 e SCD 1/2014) ■ **REGIME DE TERRAS:** Modernizar a legislação referente à aquisição de terras por estrangeiros e compatibilizar a atividade produtiva e comercial em terras indígenas. (PEC 71/2011) ■ **TURISMO:** Eliminar vistos turísticos para mercados estratégicos. ■ **BUROCRACIA:** Desburocratizar as relações do Estado com o cidadão e empresas. (PLS 214/2014, PLS 35/2014 e PLS 252/2015) ■ **REFORMA DO ESTADO:** Readequar as estruturas administrativas. Reduzir o número de ministérios. Implantar o modelo de administração pública gerencial, com metas e indicadores de resultados. Promover gestão pública eficiente e controle. Lei de Responsabilidade Social. (PEC 110/2015 e PLS 257/2014) ■ **REGULAÇÃO:** Reformar as agências reguladoras com foco na independência e efetiva capacidade de regular áreas estratégicas, permitindo a Avaliação de Impacto Regulatório. (PLS 140/2013, PEC 11/2009 e PLS 241/2015) ■ **FUNDOS DE PENSÃO:** Revisar o marco regulatório e o modelo de administração dos fundos de pensão. (PLS 388/2015) ■ **EMPREENDEDORISMO:** Favorecer o ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas. Ampliar oportunidades produtivas. (PLS 104/2015, PLS 103/2015, PLS 253/2015, PLS 336/2013 e PLS 376/2008)



EQUILÍBRIO FISCAL

■ **GESTÃO FISCAL:** Implantar a Instituição Fiscal Independente no Legislativo; regulamentar o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na LRF; favorecer desvinculação da receita orçamentária, dando maior flexibilidade ao gasto público. Solucionar o contencioso administrativo e restos a pagar. (PEC 83/2015, PLS 141/2014, PLS 37/2014, PLS 424/2013, PLS 229/2009, PLS 351/2013, PEC 51/2012 e PLS 175/2009) ■ **PATRIMÔNIO DA UNIÃO:** Vender ativos patrimoniais da União, inclusive terrenos de marinha, edificações e imóveis obsoletos. (PEC 50/2015, PEC 53/2007, PEC 56/2009, PEC 71/2013 e PLS 256/2011) ■ **ESTATAIS:** Aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais. (PLS 238/2009 e PLS 420/2014) ■ **PACTO FEDERATIVO:** Vedar transferência de qualquer encargo ou prestação de serviços aos estados, municípios e DF sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. Convergência alíquotas do ICMS. Convalidar os benefícios fiscais concedidos. Promover o desenvolvimento regional em todas regiões. (PRS 1/2013, PEC 84/2015, PEC 172/2012 e PEC 41/2014) ■ **TRIBUTAÇÃO:** Reformar o PIS-Cofins (simplificação do recolhimento e revisão de alíquotas). Revisar o teto da alíquota do imposto sobre herança. Simplificar e racionalizar o sistema tributário. ■ **REPATRIÇÃO:** Incentivar a repatriação de ativos financeiros no exterior. (PLS 298/2015) ■ **LICITAÇÕES:** Modernizar a Lei de Licitações, com a necessária atualização dos valores das alçadas. (PLS 559/2013) ■ **PREVIDÊNCIA SOCIAL:** Definir idade mínima para aposentadoria, bem como rever o marco regulatório da Previdência, tornando-a social e atuarialmente mais justa. (PEC 10/2008 e MPV 676/2015) ■ **FUNCIONALISMO:** Elaborar proposta para reajuste salarial planejado dos servidores dos três Poderes. (PLS 397/2015) ■ **DÍVIDA PÚBLICA:** Fixar limites para as dívidas líquida e bruta da União. (PLS 229/2009, PRS 84/2007 e PLS 175/2009) ■ **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** Fixar prazo para que os bancos liberem os valores referentes aos depósitos judiciais e administrativos, nos termos da Lei Complementar 151/2015 (sem o veto). (PLS 183/2015 e MPV 685/2015)



PROTEÇÃO SOCIAL

■ **EDUCAÇÃO:** Definir as responsabilidades e o papel supletivo e redistributivo da União, dos estados e municípios no âmbito da educação, regulamentando o Artigo 23 da Constituição. Criar o Sistema Nacional de Educação (SNE) e assegurar consistência fiscal ao financiamento da educação; implementar o Plano Nacional de Educação nas três instâncias federativas; oferecer oportunidades educacionais e de qualificação profissional. (PLS 164/2014, PEC 53/2013, PEC 34/2014, PEC 36/2011, PLS 313/2011 e PLS 163/2014) ■ **TRABALHO E EMPREGO:** Condicionar benefícios fiscais e acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de empregos, assim como redução das desigualdades regionais. Incluir esses critérios na LDO e no PPA. Dar segurança jurídica e institucional aos trabalhadores terceirizados e às empresas. (MPV 680/2015, PLC 30/2015, PLS 300/2015, PLS 422/2012 e PLS 87/2010) ■ **SAÚDE:** Aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Regular o ressarcimento pelos planos de saúde dos atendimentos realizados pelo SUS aos seus associados. Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam tratamentos onerosos ou não homologados pelo SUS. (PEC 46/2013, PLS 485/2015, PLS 308/2015, PLS 147/2015, PLS 189/2014 e PLS 303/2013) ■ **SEGURANÇA PÚBLICA:** Revisar e redistribuir as atribuições da União e dos estados na questão da segurança pública e do sistema prisional. Lei de Execução Penal. (PLS 513/2011, PEC 33/2014, PEC 24/2012, PEC 26/2012, PLS 25/2014, PLS 72/2014 e PLS 73/2014)

Para Humberto, Brasil tem muitas perspectivas

Finalizada a votação dos projetos do ajuste fiscal, o líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que agora o Senado precisa se voltar para análise de propostas que compõem a Agenda Brasil, que, na opinião dele, devem melhorar o ambiente jurídico e de negócios para atrair investidores e, com isso, estimular a produção e geração de empregos.

As propostas também devem dar mais efetividade ao equilíbrio fiscal, agilidade à máquina pública e condições para o país resolver os problemas federativos.

— O horizonte que se abre para nós é de muitos e animadores desafios, é de muitas perspectivas, de muita possibilidade de crescimento. É um horizonte que vamos abraçar para sair da crise, assegurar conquistas e seguir em frente.



Dalírio Beber diz que Dilma deve pedir desculpas

Dalírio Beber (PSDB-SC) salientou ontem que pesquisa do Datafolha aponta que 66% dos brasileiros defendem a abertura de um processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff.

Ele lembrou que, na Câmara, foram protocolados alguns desses pedidos contra Dilma, que, para o senador, perdeu a credibilidade para governar.

E isso acontece porque a presidente mentiu durante a campanha do ano passado, passando aos eleitores a imagem de um país que não existe.

— Os brasileiros querem ver nos homens públicos seriedade. A nação não se furtaria a um sacrifício para superação de dificuldades da conjuntura econômica se pudesse contar com a seriedade e o comprometimento da autoridade que lhe faz a convocação.



Vanessa comenta manifestações a favor do governo

Ao registrar as manifestações ontem a favor da presidente Dilma Rousseff, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que centrais sindicais, sindicatos e partidos progressistas estão convocando a população para, nas ruas, defender o direito a um país democrático e justo e, sobretudo, ao progresso social.

— Que sejam manifestações pacíficas, onde as mulheres, a juventude, os trabalhadores, possam manifestar suas opiniões e defender a democracia.

A senadora parabenizou o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Pública Nacional pelo “sonômetro”, um painel que revela os números da sonegação de imposto no país.

— A sonegação, só em 2014, foi de meio trilhão de reais. A dívida ativa já ultrapassa a casa do trilhão de reais.



Randolfe defende propostas do Ministério Público

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu apoio do Senado para propostas do Ministério Público (MP) de combate à corrupção e à impunidade. Segundo o senador, as perdas do Brasil com a corrupção já superam o valor do ajuste fiscal proposto pelo governo, e as propostas do MP deveriam fazer parte de toda agenda política.

— Na agenda apresentada pelo presidente Renan, tinha que ter um capítulo específico, além da recuperação da economia, sobre o combate à corrupção e a aprovação das medidas propostas pelo Ministério Público.

Randolfe classificou a luta contra a corrupção como prioridade na construção de um país mais justo e destacou a “atuação heroica” do Ministério Público na investigação dos crimes de colarinho branco.



Bezerra lamenta as elevadas taxas de juros brasileiras

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lamentou que o Brasil esteja entre os 14 países com as taxas de juros mais altas do mundo, conforme levantamento do Trade Economics, site que compara dados econômicos de 150 países.

A taxa básica de juros do país foi elevada em julho para 14,25%. O senador disse entender que a política monetária é o instrumento adequado para conter os surtos inflacionários. Ele avalia, no entanto, que a dose foi exagerada.

— O atual nível de juros é um tiro no pé do próprio setor público, pois agrava a queda do nível de atividade e aprofunda a crise fiscal.

O senador advertiu que o aumento excessivo dos juros reduz investimentos, empregos e arrecadação e torna mais difícil o ajuste fiscal.



Comissão questiona gastos do governo em 2014

Requerimento aprovado na CMO aponta que dez decretos assinados pela presidente Dilma Rousseff no ano passado oferecem motivo para abertura de processo de impeachment

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem um requerimento endereçado ao Tribunal de Contas da União (TCU) que pode abrir margem para que a presidente Dilma Rousseff seja processada por crime de responsabilidade, por infringir a lei orçamentária.

Assinado pelos deputados Pauderney Avelino (AM) e Professora Dorinha Seabra Rezende (TO), ambos do DEM, o requerimento solicita que o tribunal aprecie, dentro da análise que vem fazendo das contas presidenciais de 2014, um conjunto de dez decretos da presidente.

Os textos teriam autorizado novas despesas quando o governo já havia reconhecido que não iria cumprir a meta de superávit primário (receitas menos despesas) prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano passado.



Senadora Rose de Freitas preside a CMO, que vai encaminhar ao TCU pedido de apuração apresentado por deputados do DEM

A Lei Orçamentária de 2014 só autorizava a abertura de créditos para novas despesas se fossem compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário prevista na LDO.

O TCU apontou, em julgamento realizado em julho, 13

irregularidades nas contas presidenciais de 2014. O caso dos decretos, na visão dos deputados do DEM, seria a 14ª irregularidade e a mais grave, pois as demais sujeitariam a presidente apenas a crime por omissão, que resulta em multa. Os decretos poderiam levar a crime de responsabilidade, com possibilidade de abertura de processo de impeachment.

As medidas, publicadas entre novembro e dezembro, somam R\$ 18,4 bilhões, dos quais R\$ 18,3 bilhões representaram efetivamente novos gastos. Os recursos vieram em parte da emissão de títulos públicos e do superávit financeiro, que afetam o resultado primário.

Nesse período, tramitou no Congresso um projeto do

Executivo alterando a meta de superávit primário de 2014 (PLN 36/2014), enviado após o governo reconhecer que não teria mais como atingir a meta original prevista na LDO (R\$ 116,1 bilhões). O PLN 36 chegou ao Congresso no início de novembro e só foi sancionado no dia 15 de dezembro.

Os deputados do DEM afirmam que, com base na lei orçamentária, o governo não poderia ter autorizado despesas com impacto sobre o resultado primário no intervalo entre o reconhecimento do estouro das contas e a sanção do PLN 36. De acordo com a Constituição, o presidente da República pode ser processado por crime de responsabilidade se atentar, entre outros pontos,

contra a lei orçamentária.

— Quando ela [Dilma] editou os decretos, não poderia fazer isso. Ela tinha que ter contingenciado o Orçamento. O governo passou a gastar quando deveria ter economizado — disse Pauderney Avelino.

O líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), minimizou a aprovação do requerimento, que teve a oposição dele. O deputado lembrou que documento semelhante já foi aprovado em comissão do Senado.

— A oposição faz o papel dela. Está apenas antecipando algo que o TCU já ia fazer.

O requerimento será enviado ao TCU, que terá que dar uma resposta ao Congresso. O tribunal já conhece a situação dos decretos, mas eles não entraram no parecer prévio sobre as contas presidenciais de 2014 porque só foram identificados após o julgamento do Plenário da corte, no final de julho.

Na época, os ministros decidiram dar um prazo para a presidente Dilma explicar as irregularidades identificadas pelo relator das contas, ministro Augusto Nardes. Após a descoberta da situação dos decretos, já neste mês, o ministro deu mais um prazo, que vai até o final de agosto.

(Da Agência Câmara)

Adiada para terça-feira votação do projeto da LDO de 2016

A CMO adiou para terça-feira a votação do relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. A análise estava prevista para ontem.

O parecer está a cargo do deputado Ricardo Teobal-

do (PTB-PE). Na semana passada ele apresentou um adendo e uma errata que fazem modificações no texto inicial apresentado no final de julho.

O horário da reunião ainda não foi definido.

Suspeitos se negam a responder perguntas na CPI do Carf

Quatro convocados pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não responderam ontem às perguntas dos senadores sobre as denúncias investigadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal e do Ministério Público. Eles compareceram à CPI acompanhados de advogados e apresentaram um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF) que lhes assegurou o direito de permanecerem calados.

O auditor fiscal da Receita Federal Eduardo Cerqueira Leite disse nunca ter sido conselheiro do Carf e negou conhecimento das atividades do conselho. Desmentiu também participação nos fatos investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público e colocou o sigilo fiscal à disposição da CPI.

Relatora da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a documentação em poder da CPI, compartilhada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, contradiz a alegação de Cerqueira Leite e que o depoente estava “faltando com a verdade”. Ele alegou o direito constitucional de permanecer em silêncio e não deu mais informações.

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que, diante de centenas de documentos com informações gravíssimas, o auditor da Receita estava mentindo, inclusive ao alegar desco-



Observado por Ataídes Oliveira, o suspeito Eduardo Cerqueira Leite diz que permanecerá em silêncio

nhcimento das atividades do Carf. Um dos documentos, segundo Ataídes, mostra que Leite reuniu-se na sala de um vice-presidente do Bradesco com o presidente da instituição financeira, Luiz Carlos Trabuco, para tratar de uma autuação bilionária contra o banco.

Ataídes perguntou ao auditor fiscal se ele havia participado da reunião. Ele respondeu que, atendendo orientação do advogado, permaneceria em silêncio. Afirmou que a defesa será feita na esfera judicial.

O procurador aposentado da Fazenda Nacional Wagner Pires de Oliveira ficou apenas dez minutos na comissão. Vanessa perguntou se ele conhecia outros investigados, como Leite e João

Inácio Puga, integrante do Conselho de Administração do Banco Safra. Após dizer que não responderia à pergunta, foi dispensado pelo presidente da CPI.

“Agente danoso ao Estado”

Lutero Fernandes do Nascimento, igualmente, recusou-se a responder a perguntas simples, como a relativa ao cargo que ocupava na Receita Federal, e ficou menos tempo na CPI do que o depoente que o antecedeu.

Segundo José Pimentel (PT-CE), autor do requerimento da convocação, Nascimento era assessor direto do ex-presidente do Carf Otacílio Dantas Cartaxo e foi indiciado sob suspeita de participar de esquema para livrar

o Banco Safra de uma multa.

O auditor aposentado da Receita Federal Jefferson Ribeiro Salazar falou à CPI enquanto as perguntas giravam em torno de atividades profissionais. Disse que exerceu todos os cargos “de baixo para cima” na Receita, exceto o de secretário do órgão. Negou ter estado no Bradesco para negociar redução da multa por autuação da instituição.

Entretanto, quando Vanessa o acusou de, após a aposentadoria, atuar como “agente danoso ao Estado” e de ter tratado pessoalmente do recebimento de R\$ 28 milhões, recusou-se a continuar falando. Sob a alegação de que os fatos relatados pela senadora fazem parte do inquérito da Polícia Federal, ele disse que não poderia contrariar o advogado e se autoincriminar.

Ataídes Oliveira observou que, ao permanecer calado sob a alegação de que não iria se autoincriminar, Salazar estaria confessando crime. O senador lamentou que um homem de 71 anos e com currículo extraordinário tenha decidido, após sua aposentadoria, “ficar muito rico” com a advocacia dentro do Carf.

O depoente disse que não atuou como advogado no Carf e que não recebeu os recursos citados no inquérito em que é investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Diante da recusa de Salazar de continuar respondendo, o presidente da CPI encerrou a reunião.

Senado aprova cinco acordos internacionais

Os textos são de um tratado de cooperação com Vanuatu, um com o Uzbequistão e três com a França, entre eles o sobre o uso da ponte entre o Amapá e a Guiana Francesa

TEXTOS DE CINCO acordos de cooperação assinados pelo Brasil foram aprovados ontem pelo Senado. Os tratados internacionais passaram na Comissão de Relações Exteriores (CRE) pela manhã e foram acatados pelo Plenário à tarde. Três deles foram assinados com a França, um com Vanuatu, país da Oceania, e outro com o Uzbequistão, país da Ásia Central que integrava a extinta União Soviética. Os acordos seguem para promulgação.

Os acordos com a França são sobre transporte rodoviário de passageiros e cargas, permitindo o uso da ponte ligando o Amapá à Guiana Francesa (PDS 326/2015); sobre a adoção de regime especial transfronteiriço de bens de subsistência entre Oiapoque e St. Georges de Loyapock, isentando o transporte de impostos de importação e exportação (PDS 327/2015); e sobre a possibilidade de cooperação



Jorge Viana (C) preside a sessão em que o Plenário aprovou acordo sobre transporte para a Guiana Francesa, entre outros

mútua de socorro emergencial em caso de catástrofes naturais e tragédias ligadas à atividade humana (PDS 338/2015).

A ponte sobre o Rio Oiapoque ainda não foi inaugurada devido a atrasos em obras de infraestrutura. A previsão, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), era de que a primeira parte da estrutura aduaneira fosse en-

tregue até o fim de janeiro de 2015. Contudo, a abertura da ligação depende da construção do entorno da alfândega, de asfaltamento, da criação de estacionamento e de urbanização. Enquanto a obra não é totalmente entregue, a travessia é feita em pequenos barcos, chamados de catraias.

Outra proposta aprovada é o PDS 182/2015, que aprova acordo de cooperação técnica,

com validade de três anos, entre o Brasil e Vanuatu, celebrado em Porto Vila em 2013.

Vanuatu é um arquipélago situado no Pacífico. O país é formado por 83 pequenas ilhas. A agricultura de subsistência ou de pequena escala provê o necessário para 65% da população.

Em reuniões entre representantes do país e do Brasil, serão definidas as áreas de

cooperação, os mecanismos para viabilizá-la e os projetos respectivos. Caberá a esse grupo, também, avaliar os resultados da execução dos trabalhos. O financiamento dos projetos virá dos orçamentos dos dois países ou de instituições internacionais.

Agricultura

O terceiro acordo é o PDS 214/2015, que autoriza acordo de cooperação em agricultura entre Brasil e Uzbequistão.

O texto prevê projetos e intercâmbios em diversas áreas, como biotecnologia, material genético, matérias-primas para biocombustíveis, manejo sustentável do solo, pecuária, controle de doenças, vigilância sanitária, análise de risco de pragas e cooperação em procedimentos de inspeção.

As partes adotarão medidas para proteger os direitos de propriedade intelectual que surjam da implementação do acordo.

Venezuela não respeita a liberdade de imprensa, diz jornalista

“A Venezuela foi tomada por uma ditadura que não respeita opiniões divergentes”, afirmou o jornalista venezuelano Miguel Henrique Otero em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Otero está sendo processado em seu país por ter publicado reportagem no jornal *El Nacional* acusando o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

Na CRE, o jornalista disse que o governo de Nicolás Maduro desrespeita a liberdade de expressão e sufoca os meios

de comunicação com violência física a jornalistas, leis de controle da mídia e punições administrativas e tributárias.

— O governo diz que o país é democrático porque tem eleições, mas essa não é a única característica de uma democracia, pois o processo eleitoral teria que ser livre e independente — afirmou.

Otero disse que há atualmente 70 presos políticos, que são encarcerados sem prova contundente e mantidos na cadeia por decisões liminares.

— Todo preso político está sendo julgado em teoria, mas



Presidente da CRE, Aloysio Nunes (D) preside debate com Miguel Henrique Otero

na prática são medidas cautelares, sem sentença e sem julgamento — afirmou.

Ele também lamentou o fato de a Venezuela deter uma das

maiores reservas de petróleo do mundo e estar “à beira do colapso econômico, com crise de desabastecimento e inflação de 200% ao ano”. Apontou

ainda o risco de fraude nas eleições parlamentares marcadas para o fim do ano

Aécio Neves (PSDB-MG) sugeriu que a CRE peça formalmente à Organização dos Estados Americanos (OEA) que envie observadores para acompanhar o pleito.

A iniciativa de ouvir Otero partiu de José Agripino (DEM-RN), que fez críticas à administração de Maduro. O presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), criticou a “inércia” do governo brasileiro diante de tantas irregularidades no país vizinho.

Novos embaixadores para Espanha e Botsuana

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação de dois embaixadores para representações do Brasil no exterior. Antonio José Ferreira Simões recebeu 16 votos a favor e 2 contrários para atuar na Espanha e em Andorra. Ricardo Vieira Diniz, que deve ir para Botsuana, conseguiu 17 votos favoráveis e 1 contra. As indicações seguem agora para análise do Plenário.

Atrair novos investimentos espanhóis para o Brasil, que podem ser facilitados com o pacote de concessões anunciado pelo governo brasileiro, será uma das prioridades do indicado para a Espanha. Além disso, Antonio Simões informou que pretende atuar na ampliação do comércio entre os dois países e no incremento da cooperação na área educa-

cional. Atualmente, a Espanha é o sétimo maior destino de estudantes brasileiros.

Antonio Simões lembrou ainda que a balança comercial entre as duas nações é equilibrada, com um pequeno

déficit para o lado brasileiro.

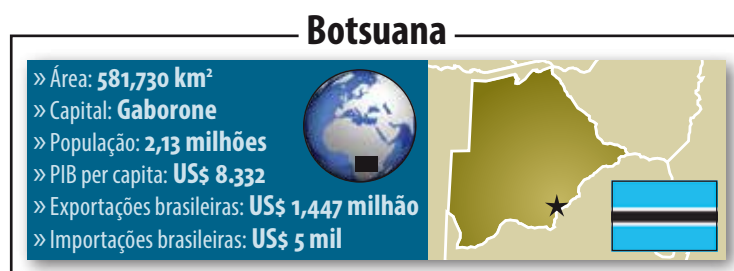
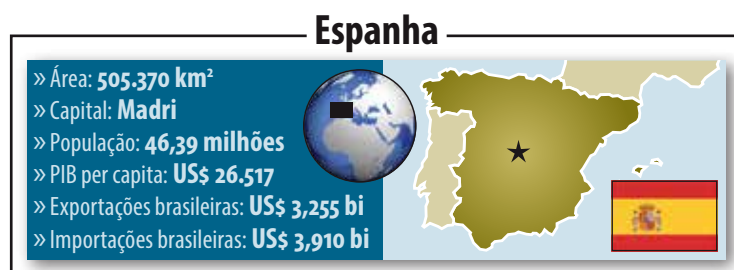
— Espanha é o segundo maior investidor no Brasil, só perde para os Estados Unidos. Agora nosso desafio é melhorar a qualidade do que exportamos, pois ainda vendemos

muitos produtos primários.

Indicado para a República de Botsuana, Ricardo Diniz destacou o crescimento econômico expressivo do país africano, que também se beneficia de um sistema democrático consolidado. Apesar disso, ele lembrou que o país ainda tem grandes desafios, como combater a desigualdade de renda e vencer a aids, que atinge 23% da população adulta.

O embaixador informou que o volume de troca comercial com o Brasil é incipiente. São US\$ 2 milhões de exportação brasileira basicamente de máquinas, açúcar e fumo. De lá para cá, vêm pequenas quantidades de diamante.

Além de melhorar tal cenário, ele informou que pretende elaborar novos acordos de cooperação técnica.



Fonte: CIA World Factbook e www.brasilexport.gov.br



O relator, Romero Jucá, fala na reunião em que se aprovou a quebra de sigilo; a seu lado, o presidente da comissão, Romário

CPI do Futebol decide quebrar sigilo de Del Nero

A comissão parlamentar de inquérito também aprovou viagem aos Estados Unidos para ouvir depoimento de ex-dirigente de entidade de futebol das Américas do Norte e Central acusado de liderar esquema na Fifa

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do Futebol aprovou ontem a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero. A medida havia sido proposta pelo presidente da comissão, Romário (PSB-RJ).

Para o senador, Del Nero deveria renunciar:

— Ele deveria fazer igual ao Ricardo Teixeira e sumir. A cada dia surgem novas denúncias e nós vamos continuar investigando.

Também foram quebrados os sigilos bancário e fiscal do empresário dos setores de turismo e eventos Wagner Abrahão.

Além disso, foi criado um grupo de trabalho, formado por três senadores, que irá aos Estados Unidos colher o depoimento de Chuck Blazer,

ex-dirigente da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (Concacaf) que foi preso pelas autoridades americanas. Ele é considerado pelo FBI (a Polícia Federal dos EUA) um dos mentores dos esquemas de corrupção envolvendo a Federação Internacional de Futebol (Fifa).

A CPI também convidou para depor o presidente do Vasco, Eurico Miranda, a procuradora-geral dos EUA, Loretta Lynch, e o jornalista inglês Andrew Jennings.

Por sugestão de Hélio José (PSD-DF) e Wellington Fagundes (PR-MT), foi solicitada a órgãos de fiscalização e controle informações sobre todos os repasses feitos pelo Ministério do Esporte às confederações esportivas entre 2005 e 2015.

Também por iniciativa de Romário, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deverá

indicar um funcionário que auxiliará os senadores em trabalhos técnicos e investigativos. Na busca de mais informações, foram solicitadas à Junta Comercial do Rio de Janeiro as cópias de todos os contratos da CBF ali registrados.

Também vão prestar depoimento à CPI, em data a ser marcada, os jornalistas Luiz Carlos Azenha, Amaury Ribeiro Jr., Tony Chastinet e Leandro Cipoloni. Eles são os autores do livro *O Lado Sujo do Futebol*.

Por iniciativa de Paulo Bauer (PSDB-SC), foram chamados a comparecer o deputado federal Silvio Torres (PSDB-SP) e o ex-senador Geraldo Althoff. Ambos foram os relatores de CPIs da Câmara e do Senado que investigaram a corrupção e a má gestão no futebol brasileiro no início da década passada.

Comissão discute hoje crise da saúde pública em Brasília

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, uma audiência pública interativa para debater a crise do sistema de saúde no Distrito Federal.

No requerimento para a realização da audiência, Hélio José (PSD-DF) classificou de desoladora a situação do sistema público de saúde no Distrito Federal e em todo o país. Ele disse que os problemas vão desde a precária infraestrutura das unidades de atendimento até a falta de profissionais e medicamentos.

— É fundamental debater os motivos que levaram a saúde pública a essa crise — disse.

Foram convidados o chefe da Casa Civil do Distrito Federal, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, o secretário de Saúde, Fábio Gondim Pereira da Costa, e o presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira da Silva.

Também participarão da

audiência representantes do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal, do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília e do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal.

Representantes da Defensoria Pública do Distrito Federal, do micro e pequeno empresário da saúde, do setor empresarial da área de saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal também foram convidados.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>



Pacientes aguardam atendimento no Hospital de Base, no Distrito Federal

Para Hélio José, Jovem Senador é “oportunidade colossal” para alunos

Hélio José (PSD-DF) citou a importância do Projeto Jovem Senador, que recebe inscrições apenas até hoje. O



conscientização e a participação política”.

— Estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e distritais, façam suas redações, participem do oitavo concurso de redação e concorram à colossal oportunidade de serem jovens senadores. Eu lhes asseguro: vale a pena para vocês e para o país.

projeto seleciona alunos de escolas públicas, por meio de um concurso de redação, para viverem por uma semana a experiência de elaborar e discutir leis. Segundo o senador, o projeto “desperta os jovens para a

Ana Amélia diz que governo precisa dar prioridade às santas casas

Ana Amélia (PP-RS) cumprimentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, pela sensibilidade em relação à crise das santas casas, que será discutida numa sessão temática do Plenário no dia 2.

A senadora ressaltou que em Porto Alegre 70% dos atendimentos do SUS são feitos pela Santa Casa. Ela propõe que o BNDES abra linhas

de crédito para esses hospitais, lembrando que os clubes de futebol receberam da Previdência Social um benefício fiscal que classificou de “extraordinário”. Para Ana Amélia, a saúde merece atenção ainda maior:

— A gente sofre também no futebol, mas a gente sofre muito mais quando está doente e não tem hospital para ir.

Garibaldi: reforma política em debate no Senado é “de pobreza franciscana”

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a Comissão de Reforma Política do Senado não fez o debate sobre grandes temas, como fidelidade partidária e voto distrital. Segundo ele, tampouco se discutiu o afastamento do cargo do governante candidato a um novo mandato. Ele sugeriu que a comissão se torne permanente para



poder discutir esses assuntos.

— É realmente de uma pobreza franciscana o que foi aprovado ao longo destes dias, o que foi discutido. E o Plenário vai ter que se dobrar à discussão desse varejo. A crise política só vai ser enfrentada quando realmente enfrentarmos o problema da reforma política.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves
- Segundo-secretário:** Zeze Perrella
- Terceiro-secretário:** Gladson Cameli
- Quarta-secretária:** Ângela Portela
- Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez
- Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá
- Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes
- Coordenação de Edição:** Silvío Burl
- Coordenação de Multimídia:** James Gama
- Site:** www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

McDonald's explora funcionários no Brasil e no exterior, dizem sindicatos

Participantes de audiência acusaram multinacional de recrutar jovens de baixa escolaridade, que desconhecem direitos trabalhistas

SINDICALISTAS E PARLAMENTARES, tanto brasileiros quanto estrangeiros, acusaram a rede de lanches McDonald's de explorar funcionários no país e no exterior. A postura trabalhista da multinacional foi o tema da audiência pública feita ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O McDonald's foi chamado para o debate, mas não participou.

Segundo a procuradora regional do Trabalho do Paraná Margaret Matos, a empresa faz da oferta do primeiro emprego um chamariz para explorar mão de obra barata numa atividade que "lesiona, é mal remunerada, não qualifica, tem alta rotatividade, aliena seus empregados da proteção sindical e abusa dos jovens, principalmente os carentes".

— A empresa explora 30 mil adolescentes no país. Não é à toa que escolhe adolescentes de baixa renda e pouca escolaridade. Eles não têm conhecimento de seus direitos. É uma estratégia para o enriquecimento — disse.

Segundo a procuradora, há acusações de pagamentos abaixo do salário mínimo, ausência de intervalos de descanso, acúmulo de funções não remuneradas e dificuldade de comprovação de horas extras.

A audiência foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo



Paulo Paim (C) conduz o debate, que contou com a participação de procuradores do Trabalho e sindicalistas estrangeiros

e Hospitalidade. Segundo o presidente da entidade, Moacyr Tesch, o McDonald's troca todo o corpo de funcionários a cada ano. Para ele, isso mostra que as condições são "massacrantes".

Higiene

De acordo com os participantes, faltam cuidados com a proteção dos funcionários. Eles são expostos a chapas e óleos quentes e produtos de limpeza tóxicos. Foram mencionados problemas sanitários — trabalhadores se revezam na manipulação de sanduíches e na limpeza de pisos e banheiros.

O uso de práticas antissindicalistas foi denunciada por Francisco Calasans, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de São Paulo, e Maximiliano Garcez, da Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas. Segundo

Calasans, a empresa conseguiu até mesmo estimular a criação de um sindicato para o setor, mas que sofre sua influência e enfraquece os trabalhadores.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, acusou o grupo McDonald's de sonegar impostos. Segundo ele, o grupo envia dinheiro para paraísos fiscais disfarçado de royalties.

Jutta Steinruck, integrante do Parlamento Europeu, disse que a empresa adota práticas tributárias semelhantes na Europa. Uma delegação estrangeira com 200 pessoas compareceu à reunião. Elas integram um movimento mundial contra as práticas da empresa.

Para Scott Courtney, diretor do Sindicato Internacional dos Trabalhadores da Área de Serviços, o McDonald's é um dos pioneiros do "capitalismo canibal". Segundo ele, a rede ex-

plora nos EUA principalmente os imigrantes. Para ele, isso estimula empresas concorrentes a também infringirem as leis trabalhistas em busca de lucro.

Segundo o procurador do Trabalho Leonardo Mendonça, uma força-tarefa está sendo criada para fiscalizar a rede.

Em carta dirigida ao presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), o McDonald's se disse "aberto ao diálogo". Paim enviará à empresa um relato das denúncias apresentadas.

— A situação relatada é grave e merece uma postura firme, clara e decidida de interagirmos junto à direção do McDonald's — disse ele.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) afirmou:

— Fui do movimento sindical e já estava cansada de ouvir sobre as mazelas do McDonald's no Brasil, mas não esperava que fosse assim no mundo inteiro.

Paim afirma que crise aflige servidores gaúchos

Paulo Paim (PT-RS) se disse preocupado com a crise econômica no Rio Grande do Sul, que motivou planos de extinção de órgãos públicos e de privatização de empresas estatais. O senador ressaltou que essas medidas causam apreensão em milhares de servidores públicos. Ele protestou contra projeto que extingue a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

— Extinguir a FZB é tirar dos gaúchos o direito de ter uma das mais tradicionais e renomadas instituições públicas de pesquisa em biodiversidade e conservação da América do Sul, acabando com grupos e laboratórios de pesquisas, coleções científicas, publicação, exposição, projeto, ações e parcerias.

Simone ameaça votar contra projetos do governo

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que votará contra a proposta que unifica a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a que repatria dinheiro depositado ilegalmente no exterior, caso o governo mantenha inalterada a proposta que prorroga a DRU, mecanismo de desvinculação de receitas da União. Para Simone, não há problema em prorrogar a DRU. O que não pode ocorrer, disse, é estender o mecanismo, como quer o governo, ao dinheiro dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Defesa agropecuária do país preocupa senadores

Os serviços de defesa agropecuária do país enfrentam dificuldades que vão de defasagens na legislação do setor até a falta de pessoal, de infraestrutura e de um sistema eficiente de controle de informações. A situação, constatada em análises e auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), foi debatida ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A CRA está priorizando a defesa agropecuária como política pública a ser avaliada durante 2015. O relator desse processo é o senador Dário Berger (PMDB-SC), que apresentará parecer à comissão no fim do ano, com sugestões para melhorar o setor.

No debate de ontem, o representante do TCU, Tiago Modesto, e o da CGU, Cláudio de Almeida Py, relataram situações como falta de controle sobre a movimentação de produtos de origem animal e vegetal nas estradas, inclu-



Presidida por Ana Amélia, CRA vai sugerir melhorias ao setor no final do ano

sive nas fronteiras, após o encerramento do expediente nos postos de fiscalização sanitária, às 20h.

Segundo a presidente da CRA, senadora Ana Amélia (PP-RS), esse cenário favorece a venda de produtos sem documentação, representando risco aos consumidores. Também pode trazer prejuízos à agropecuária, pela disseminação de pragas e doenças.

— Nas áreas de maior circulação de mercadorias, é preciso criar estruturas que

funcionem 24 horas — sugeriu Ana Amélia.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Blairo Maggi (PR-MT) e Wellington Fagundes (PR-MT) cobraram do governo federal prioridade para o serviço.

— [O agronegócio] é a parte da economia que está dando certo, é o que move este país. Será que não tem ninguém no Planejamento que fala para colocar mais recurso, para estruturar bem isso? — questionou Moka.

Luis Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura, disse que uma das prioridades do Plano de Defesa Agropecuária, lançado em maio, é a simplificação e padronização de procedimentos, além da melhoria da gestão de dados.

Ele disse que o serviço federal de defesa agropecuária tem um orçamento anual de cerca de R\$ 200 milhões, mas a média de execução é de 70%. Segundo informou, os outros 30% retornam aos cofres do governo sem utilização, em parte em função da maior dificuldade de algumas superintendências estaduais de se habilitarem para receber os recursos.

O presidente do Sindicato Nacional de Fiscais Agropecuários, Maurício Porto, disse que a falta de pessoal é outra dificuldade a ser considerada. Mas de acordo com Luís Eduardo Rangel, o sistema unificado da defesa agropecuária do país tem cerca de 2,8 mil fiscais federais e outros 60 mil estaduais.

Wellington: Brasil deve investir em infraestrutura

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que só com "investimentos sólidos" será possível reavivar a economia. Para tal, ele considera essenciais as concessões públicas direcionadas à modernização da infraestrutura de transporte. O senador avalia que o Programa de Investimentos em Logística, lançado em junho, é o grande instrumento de que o país dispõe para concretizar as concessões, corrigir as deficiências da infraestrutura de transporte e ampliar a ligação aos portos do Sul e do Norte por meio de rodovias duplicadas, ferrovias e hidrovias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Como novo portal, informações do Senado ficam mais acessíveis

Renan Calheiros lançou ontem o novo site da Casa, com dados organizados de modo a facilitar a consulta pelo cidadão. Estão disponíveis, por exemplo, os gastos de cada um dos senadores

AS INFORMAÇÕES SOBRE o Senado ficaram mais transparentes e acessíveis. O presidente da Casa, Renan Calheiros, lançou ontem o novo Portal do Senado, que possibilita ao internauta acessar com facilidade dados sobre a gestão da instituição e sobre os recursos usados por cada senador no exercício do mandato. Tudo isso está integrado ao Portal da Transparência, também reformulado.

Com design moderno e navegação mais fácil e intuitiva, o novo portal foi desenvolvido no moderno conceito de leiaute “responsivo”, ou seja, com capacidade de se adaptar a qualquer plataforma, como tablets e celulares. Todo o leiaute foi

padronizado tendo como base o novo modelo de identidade visual do Senado.

A reformulação do Portal do Senado buscou também melhorar a conexão com o cidadão. A interação com a sociedade foi facilitada com a organização de todos os canais de contato com o Senado em uma só página. Os conteúdos foram organizados de modo a facilitar o acesso aos trabalhos legislativos, como a agenda do Plenário, os projetos na ordem do dia e os resultados das votações.

No novo portal, as atividades dos senadores podem ser acompanhadas de perto pelo cidadão. As páginas de cada um foram integradas ao Portal da

Transparência e agora, além de dados da atuação parlamentar como discursos e projetos apresentados, o internauta pode consultar informações sobre os recursos usados no exercício do mandato, como gastos com passagens aéreas e contratação de serviços e de pessoal.

O portal traz também os dados sobre a estrutura e a administração do Senado, com informações sobre orçamento, finanças e gestão de pessoal. A página institucional passou a integrar conteúdos como eventos e programas realizados pelo Senado e, ainda, as ações da



Presidência, da Ouvidoria e da Procuradoria da Mulher.

As últimas notícias do Senado também estão em destaque no portal. O Senado Agora traz informações em tempo real, em cobertura jornalística multimídia, com textos, áudios e vídeos. Uma galeria reúne as principais fotos do dia.

O novo Portal do Senado pode ser acessado no endereço: www.senado.leg.br

Processo de reformulação envolveu diversos setores por um ano

O processo de reformulação do Portal do Senado teve início há um ano e exigiu uma força-tarefa de diversos setores da Casa.

O resultado desse trabalho reforçou o compromisso do Senado com a democratização do acesso às informações.

O presidente do Comitê Gestor de Internet, Gustavo Ponce de Leon,

destaca que o portal é considerado uma das principais ferramentas de comunicação do Senado com o cidadão, atuando como um espaço propício para a participação popular no processo legislativo, a troca de informações, de sugestões e de críticas.

— Esse processo é coordenado pelo comitê, para que não seja uma ferr-

menta de uma única área da Casa, mas de todas. O novo portal tem o caráter de juntar a base de dados antigos, que estavam dispersos, para ter um acesso único — explicou.

A mudança na forma como os conteúdos são apresentados ao público é considerada uma das características mais marcantes da nova página, des-

taca o secretário-executivo do comitê, Washington Manoel Brito. De acordo com ele, o conteúdo será focado nos produtos e serviços produzidos pelos setores da Casa.

— Por exemplo, não teremos mais páginas de setores. Os serviços produzidos é que serão levados ao portal — afirmou.

Mudança trouxe mais navegabilidade, dados, transparência e interatividade

Ao acessar o novo portal, a primeira mudança que poderá ser vista no leiaute é a substituição da aba “O Senado” pela denominada “Institucional”. Ali, estão agrupados 15 novos subportais, intitulados Educação, Evento, Museu, Arquivo, Biblioteca, entre outros, atualizados pelas áreas responsáveis. Assim, a ideia é que todos os serviços sejam visualizados com um único clique.

— No caso da Livraria, por exemplo, tinham várias páginas. Nós colocamos tudo em uma só e todos os serviços podem ser vistos na primeira visualização — afirmou o secretário-executivo do Comitê Gestor de Internet, Washington Manoel Brito.

O chefe do Serviço de Soluções para Portais (Sepor), Adriano Palos, complementou que os sites, que serão agrupados na página “Institucional”, foram surgindo de forma isolada e muitos deles não contavam com leiaute padronizado. Brito aponta ainda que página “Senadores” passou por uma reformulação completa.

— A maioria das informações já existia anteriormente, mas agora a apresentação é mais atrativa. Entre os benefícios para os usuários, está a possibilidade de acompanhar, por meio de uma linha do

tempo, informações referentes às legislaturas — disse.

Na Transparência, os usuários têm acesso às licitações e contratos, à gestão de pessoal e ao Orçamento da Casa, entre outros documentos do Senado. Segundo Liu Pereira, da Secretaria de Transparência, no caso de informações sobre passagens aéreas, por exemplo, o sistema permite não apenas a consulta aos bilhetes comprados pelo gabinete e reembolsados, mas também aos emitidos pelo Senado.

No quesito informação jornalística, a nova página será integrada ao Portal de Notícias e será possível ver a manchete no Portal do Senado. O mesmo vale para os conteúdos multimídias, como vídeos. É o que o explica Glebson Moura, gestor do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

— Também houve a integração com o Senado Agora, que é um novo produto de notas rápidas da Secretaria de Comunicação. Com isso, o leitor vai saber o que está acontecendo antes que a matéria completa seja colocada no ar — afirmou.



Vídeo com as novidades no novo Portal do Senado: <http://bit.ly/novoPortal>

O que mudou:

Portal da Transparência reformulado de forma a facilitar o acesso e a consulta a dados sobre recursos utilizados pelo Senado, como licitações, contratos, emissão de passagens aéreas e diárias, informações sobre orçamento, finanças e gestão de pessoal.

Criação do Portal Institucional, integrando diversos conteúdos como eventos e programas realizados pelo Senado, sites da Presidência, da Ouvidoria e da Procuradoria da Mulher, além de acesso ao Museu, Livraria e Biblioteca.

Portais da Atividade Legislativa reformulado de forma a tornar mais fácil acompanhar e fazer consultas e pesquisas sobre o processo legislativo.

Nova página de cada senador agregando dados da atividade legislativa e dos recursos utilizados para o exercício do mandato parlamentar (transparência).